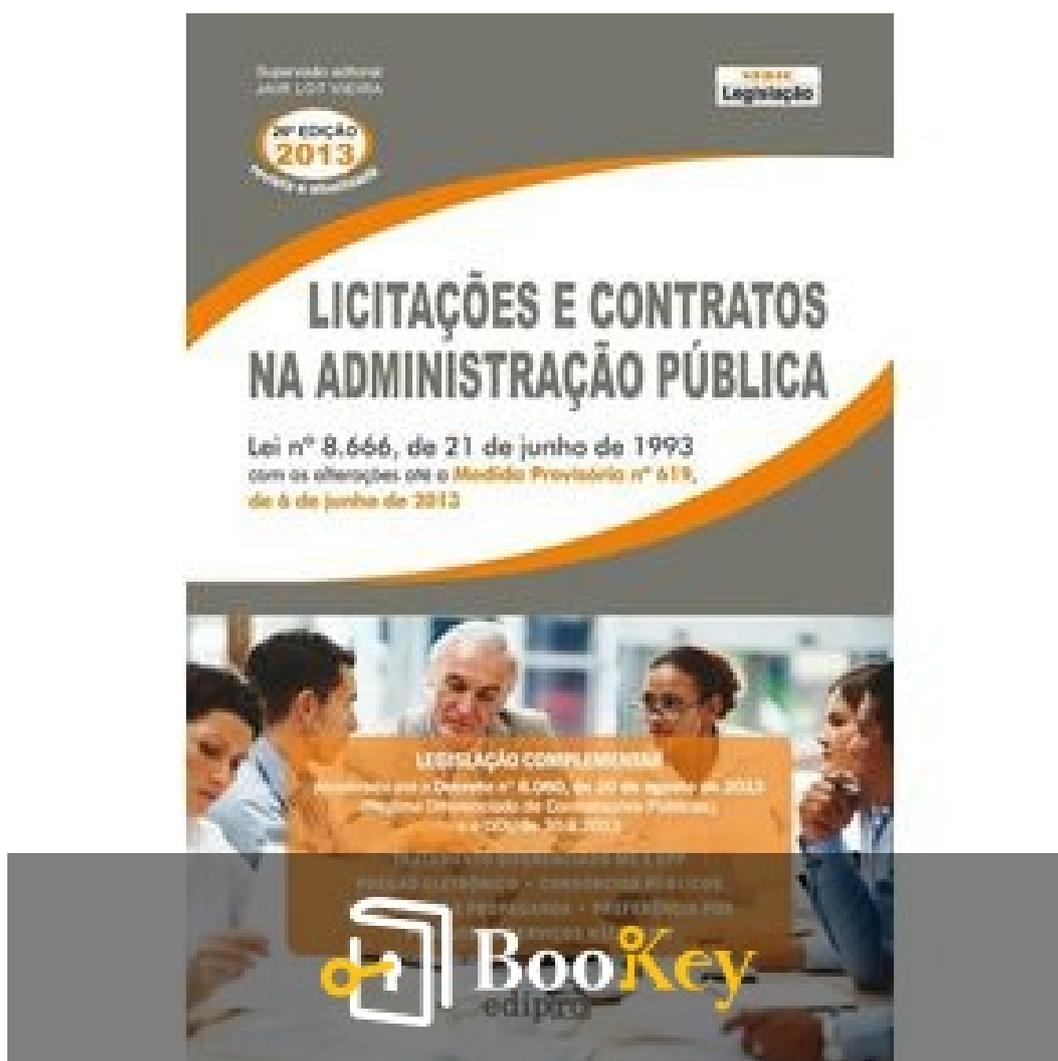


Licitações E Contratos Na Administração Pública PDF

EDIPRO



Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Sobre o livro

Este produto contém informações atualizadas até a Medida Provisória nº 619, datada de 6 de junho de 2013. Também inclui a legislação complementar revisada até o Decreto nº 8.080, publicado em 20 de agosto de 2013, que aborda o Regime Diferenciado de Contratações Públicas, além do Diário Oficial da União (DOU) de 24 de setembro de 2013.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Por que usar o aplicativo Bookey é melhor do que ler PDF?



Teste gratuito com Bookey



Ad



Experimente o aplicativo Bookey para ler mais de 1000 resumos dos melhores livros do mundo

Desbloqueie **1000+** títulos, **80+** tópicos

Novos títulos adicionados toda semana

Product & Brand

Liderança & Colaboração

Gerenciamento de Tempo

Relacionamento & Comunicação

Estratégia de Negócios

Criatividade

Memórias

Conheça a Si Mesmo

Psicologia Positiva

Empreendedorismo

História Mundial

Comunicação entre Pais e Filhos

Autocuidado

Mindfulness

Visões dos melhores livros do mundo

Desenvolvimento

Os 7 Hábitos das Pessoas Altamente Eficazes



Mini Hábitos



Hábitos Atômicos



O Clube das 5 da Manhã



Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas



Como Não



Teste gratuito com Bookey





Por que o Bookey é um aplicativo indispensável para amantes de livros



Conteúdo de 30min

Quanto mais profunda e clara for a interpretação que fornecemos, melhor será sua compreensão de cada título.



Clipes de Ideias de 3min

Impulsione seu progresso.



Questionário

Verifique se você dominou o que acabou de aprender.



E mais

Várias fontes, Caminhos em andamento, Coleções...

Teste gratuito com Bookey





As melhores ideias do mundo desbloqueiam seu potencial

Essai gratuit avec Bookey



Digitalizar para baixar

Licitações E Contratos Na Administração Pública

Resumo

Escrito por IdeaClips

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Quem deve ler este livro **Licitações E Contratos Na Administração Pública**

O livro 'LICITAÇÕES E CONTRATOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA' por EDIPRO é essencialmente indicado para profissionais e estudantes que atuam ou desejam atuar na área pública, como servidores públicos, gestores, advogados, além de estudantes de Direito e Administração. Seu conteúdo técnico aborda de forma clara e prática os princípios, normas e procedimentos que regem as licitações e contratos administrativos, sendo uma ferramenta valiosa para quem busca compreender a legislação vigente e suas aplicações. Além disso, o livro pode ser útil para empreendedores e fornecedores que desejam participar de processos licitatórios, proporcionando uma visão aprofundada sobre como navegar nesse complexo ambiente.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Principais insights de Licitações E Contratos Na Administração Pública em formato de tabela

Capítulo	Tema	Resumo
1	Introdução às Licitações	Apresenta o conceito e a importância das licitações no setor público, incluindo princípios fundamentais como a legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade e eficiência.
2	Legislação Pertinente	Aborda as normas que regem as licitações e contratos administrativos, com foco na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e suas atualizações.
3	Modalidades de Licitação	Discute as diferentes modalidades de licitação (concorrência, tomada de preços, convite, concurso e leilão) e suas aplicações específicas.
4	Fases da Licitação	Detalha as fases do processo licitatório: planejamento, divulgação, apresentação e julgamento das propostas, e homologação.
5	Contratos Administrativos	Explica as características dos contratos administrativos, suas cláusulas essenciais, bem como direitos e obrigações das partes.
6	Fiscalização e Gestão dos Contratos	Enfatiza a importância da fiscalização na execução dos contratos, abordando os mecanismos de controle e a responsabilidade dos gestores.
7	Penalidades e	Descreve as penalidades que podem ser



Capítulo	Tema	Resumo
	Sanções	aplicadas em caso de descumprimento das normas de licitação e execução contratual.
8	Inovações e Desafios	Analisa as recentes inovações na legislação de licitações e contratos, incluindo a Lei nº 14.133/2021 e os desafios enfrentados pela administração pública.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

Licitações E Contratos Na Administração Pública

Lista de capítulos resumidos

1. Introdução ao Conceito de Licitação e sua Importância na Gestão Pública
2. Princípios Básicos que Regem as Licitações e Contratos Administrativos
3. Modalidades de Licitação e Suas Especificidades em Diferentes Cenários
4. Etapas do Processo de Licitação: Da Preparação à Homologação
5. Contratos Administrativos: Tipos, Características e Execução Eficiente
6. Sanções e Penalidades em Licitações: Como Garantir a Legalidade e a Moralidade
7. Considerações Finais sobre Melhores Práticas e Desafios da Licitação Pública



1. Introdução ao Conceito de Licitação e sua Importância na Gestão Pública

Licitação é um processo administrativo formal utilizado pela Administração Pública para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, visando garantir a seleção da proposta mais vantajosa para o interesse público. O conceito de licitação está intrinsecamente ligado ao princípio da legalidade e à eficiência da gestão pública, desempenhando um papel central na promoção da transparência e na possibilidade de controle social sobre o uso dos recursos públicos.

A importância da licitação na gestão pública se reflete em diversos aspectos. Em primeiro lugar, a licitação assegura que a seleção de fornecedores e prestadores de serviços ocorra de forma imparcial e competitiva, permitindo que diferentes empresas se candidatem e apresentem suas propostas. Esse mecanismo de competição tende a resultar em melhores preços e condições, refletindo diretamente na economia de recursos públicos.

Além disso, as licitações são fundamentais para garantir a igualdade de condições entre os participantes, evitando favoritismos e práticas corruptas que podem comprometer a integridade do processo administrativo. A transparência é um dos pilares do processo licitatório, que deve ser conduzido de modo a permitir o acompanhamento por parte da sociedade civil e órgãos de controle.



Outro ponto a ser destacado é que a licitação contribui para a promoção da qualidade nos serviços entregues à população. Através da definição clara de critérios de avaliação e seleção, a Administração Pública pode escolher propostas que não apenas atendam ao menor custo, mas que também garantam eficiência e qualidade nas entregas.

Por último, a licitação remete a um ambiente de responsabilidade fiscal, uma vez que exige planejamento prévio por parte dos gestores públicos, que devem prever as necessidades de compra e contratação e, assim, assegurar que os gastos estejam dentro dos limites orçamentários.

Portanto, a licitação não é apenas um rito burocrático, mas sim um processo essencial para a boa governança, eficiência e ética na gestão pública, promovendo a concorrência, a transparência e o controle social sobre a aplicação dos recursos públicos.



2. Princípios Básicos que Regem as Licitações e Contratos Administrativos

Os princípios que regem as licitações e contratos administrativos são fundamentais para garantir a lisura, a transparência e a eficiência nos processos de contratação pública. Esses princípios estão embasados na legislação brasileira, particularmente na Lei de Licitações (Lei nº 8.666/1993) e no novo regime jurídico de licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021), e atuam como diretrizes que norteiam as ações da administração pública na busca pela melhor aplicação dos recursos públicos.

Um dos principais princípios é o da ****legalidade****, que assegura que toda e qualquer ação da administração deve estar estritamente dentro dos limites da lei. Isso significa que todos os atos relacionados à licitação e contratos devem sempre respeitar as normas legais, evitando arbitrariedades e desvios de finalidade.

Outro princípio fundamental é o da ****impessoalidade****, que garante que as decisões e os procedimentos relacionados às licitações sejam feitos de maneira neutra, sem favorecimento a particulares. A impessoalidade evita a discriminação e a promoção de interesses pessoais, assegurando que todos os concorrentes tenham as mesmas oportunidades e condições de participação.



A **moralidade administrativa** é outro princípio essencial. Ela requer que os atos administrativos, especialmente nas licitações e contratos, sejam realizados com honestidade e com respeito aos valores éticos. A moralidade é um poderoso instrumento para a construção de uma administração pública mais íntegra e para a prevenção de fraudes.

A **publicidade** é um princípio que visa garantir a transparência nas ações governamentais. A administração pública deve assegurar que todos os atos relacionados às licitações sejam publicamente anunciados, permitindo que a sociedade tenha acesso às informações e possa fiscalizar o uso dos recursos públicos. A publicidade é fundamental para a construção da confiança da população nas instituições públicas e para o fortalecimento da democracia.

O princípio da **eficiência**, que se tornou ainda mais proeminente com a nova lei de licitações, estabelece que a administração pública deve buscar sempre a melhor utilização dos recursos disponíveis, promovendo, assim, a realização de contratos que tragam benefícios diretos à sociedade em termos de qualidade e custo. A eficiência implica a necessidade de um planejamento adequado e de critérios claros que orientem as escolhas das melhores propostas.

Por fim, o princípio da **igualdade** é crucial nas licitações e contratos



administrativos, pois assegura que todos os licitantes sejam tratados de forma equitativa, sem discriminação ou favorecimento. Isso garante um ambiente competitivo saudável, promovendo a concorrência leal, o que resulta em melhores preços e melhores serviços para a administração pública.

Em suma, os princípios que regem as licitações e contratos administrativos são essenciais para garantir que o processo licitatório seja conduzido de forma justa, transparente e eficaz, promovendo a correta aplicação dos recursos públicos e o respeito à sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

3. Modalidades de Licitação e Suas Especificidades em Diferentes Cenários

As modalidades de licitação representam diferentes formas de competição para a contratação de produtos, serviços e obras por entes públicos, cada qual adequada a um contexto, valor e complexidade distintos. A escolha da modalidade adequada reflete um esforço para maximizar a eficiência e a transparência do processo licitatório, beneficiando, assim, a Administração Pública e a sociedade como um todo.

A primeira modalidade a ser considerada é a Concorrência, que se destina a contratações de maior vulto e complexidade. É aberta a qualquer interessado que atenda aos requisitos de habilitação, sem restrições de participação, o que promove uma ampla competição e, conseqüentemente, a melhor proposta para o ente público. No entanto, sua complexidade pode tornar o processo mais demorado, logo é mais apropriada para contratos de grande relevância.

Em seguida, temos a Tomada de Preços, que é utilizada para contratações intermediárias, com valores especificados por lei. Nesta modalidade, somente os licitantes previamente cadastrados ou que se cadastrarem até 24 horas antes da abertura das propostas podem participar. Isso permite uma competição mais controlada, facilitando o processo, mas também restringindo o número de participantes.



Outra alternativa é o Dispensa de Licitação, que se aplica a situações específicas definidas pela legislação, como em casos de emergência ou calamidade, onde a celeridade é crítica. Embora alivie a exigência de um procedimento licitatório, esta modalidade exige rigor na justificativa e na documentação, evitando abusos e assegurando a transparência na gestão pública.

Em contextos de menor valor, a modalidade de Pregão se destaca, que pode ser presencial ou eletrônico. O Pregão é uma forma mais ágil e dinâmica de aquisição, permitindo a negociação de propostas após a abertura. Sua adoção tem se mostrado eficaz na obtenção de preços mais justos para a Administração, especialmente em compras de produtos e serviços comuns, devido à sua natureza mais flexível e acessível.

Cada uma dessas modalidades possui especificidades que devem ser cuidadosamente consideradas pela Administração Pública ao planejar suas licitações. O contexto econômico, o valor do objeto a ser contratado e a urgência da demanda têm papel crucial na definição da modalidade mais apropriada.

Além disso, as inovações tecnológicas e o advento de sistemas eletrônicos de licitação, como a Plataforma +Brasil, introduzem novas dinâmicas,



permitindo maior transparência e acessibilidade. Essa modernização do processo aumenta a competitividade e facilita a participação de micro e pequenas empresas, promovendo, assim, a inclusão de diversos fornecedores no processo licitatório.

Em síntese, a escolha da modalidade de licitação deve ser uma decisão estratégica, alinhada aos princípios da legalidade, isonomia e impessoalidade que regem a Administração Pública. A correta aplicação dessas modalidades é fundamental para assegurar à sociedade a melhor utilização dos recursos públicos e a realização de contratações seguras e eficientes.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

4. Etapas do Processo de Licitação: Da Preparação à Homologação

O processo de licitação na administração pública é um procedimento complexo, que envolve diversas etapas essenciais para garantir a transparência, a competitividade e a eficiência na contratação de bens e serviços. As etapas do processo de licitação podem ser divididas em cinco fases principais: preparação, divulgação, apresentação das propostas, julgamento e homologação.

A primeira etapa, a preparação, é crucial para o sucesso do processo licitatório. Nessa fase, o órgão responsável deve identificar a necessidade de contratação, definir o objeto a ser licitado e elaborar o termo de referência. O termo de referência é um documento que descreve detalhadamente as especificações do objeto, os requisitos técnicos e as condições de atendimento, além de estabelecer o orçamento estimado e o cronograma de execução. É fundamental que essa etapa seja realizada com cuidado, pois um planejamento inadequado pode levar a problemas futuros na execução do contrato.

Após a preparação, a próxima etapa é a divulgação do edital. O edital é o documento que contém as regras do certame, as condições de participação, a documentação necessária e as informações sobre a apresentação das propostas. A transparência desse documento é essencial, pois garante que



todos os potenciais licitantes tenham acesso às mesmas informações, evitando favorecimentos e promovendo a concorrência saudável. A divulgação do edital deve ser feita em meios oficiais e amplamente acessíveis, como jornais de grande circulação e plataformas eletrônicas específicas.

Com o edital publicado, chega-se à fase de apresentação das propostas. Nela, os licitantes têm um prazo determinado para enviar suas propostas conforme as exigências do edital. Esse momento é marcado pela competitividade, onde os participantes buscam apresentar a melhor oferta em termos de preço e qualidade. O rigor no cumprimento das regras nesta etapa é vital para garantir que todas as propostas sejam analisadas de forma justa e imparcial.

Após o encerramento do prazo para a apresentação das propostas, inicia-se o julgamento. A avaliação das propostas deve ser feita de acordo com os critérios estabelecidos no edital, que podem incluir o menor preço, melhor técnica ou uma combinação de ambos. Essa etapa exige a atuação de uma comissão de licitação, responsável por analisar a documentação e as propostas apresentadas, bem como por elaborar o relatório de julgamento. A transparência e a objetividade das decisões são fundamentais para garantir a confiança no processo licitatório.

Por fim, concluímos com a etapa de homologação, onde o resultado do



juízo é formalizado. A homologação é a autorização do ato de adjudicação do objeto ao vencedor do certame, e deve ser realizada pelo gestor competente. Este deve garantir que todas as fases anteriores foram cumpridas de acordo com a legislação vigente e que não houve irregularidades no processo. A homologação é crucial, pois antes dela, ainda cabe recurso aos licitantes não contemplados, permitindo que eles questionem a decisão. Uma vez homologado o resultado, o contrato pode ser formalizado e executado.

Essas etapas — preparação, divulgação, apresentação, julgamento e homologação — são interligadas e fundamentais para assegurar que a licitação seja conduzida de forma ética e eficiente, além de garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira responsável.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

5. Contratos Administrativos: Tipos, Características e Execução Eficiente

Os contratos administrativos são instrumentos essenciais para a concretização das políticas públicas, regulando as relações entre a administração pública e os particulares na execução de serviços, obras e fornecimento de bens. Estes contratos são regidos por normas específicas que visam garantir a eficiência, a transparência e a legalidade nas compras públicas.

Em termos de tipos de contratos, podemos destacar os seguintes:

1. ****Contratos de Prestação de Serviços****: Tais contratos são celebrados quando a administração pública necessita de serviços especializados, que podem envolver desde consultorias até manutenção de equipamentos. A sua execução deve seguir normas de qualidade, prazos e, muitas vezes, a contratada deve comprovar capacitação técnica.
2. ****Contratos de Obras****: Usados para execução de obras civis, como construção, reforma ou ampliação de prédios e infraestrutura. Esses contratos devem atender a especificações detalhadas, com prazos rigorosos, visto que estão diretamente ligados ao interesse público e ao bem-estar da coletividade.



3. ****Contratos de Fornecimento de Bens****: Estes contratos abrangem a aquisição de produtos ou bens necessários à administração pública, sejam eles permanentes ou de consumo. É fundamental que os fornecedores sejam qualificados para entregar os produtos dentro dos padrões de qualidade e prazo estabelecidos.

Além dos tipos, as características dos contratos administrativos merecem destaque. Diferentemente dos contratos privados, eles possuem um caráter bilateral, sendo firmados entre a administração pública e o particular, mas com uma assimetria clara: a administração possui poderes de comando e fiscalização. Adicionalmente, a gestão desses contratos deve ser pautada pela economicidade e pela eficiência, garantindo que o serviço ou produto contratado atenda às necessidades da administração sem desperdícios financeiros.

A execução eficiente dos contratos administrativos é um fator crítico para o sucesso das ações governamentais. Para isso, é necessário um planejamento prévio que compreenda a identificação precisa da necessidade, a escolha da modalidade de licitação adequada, e a definição clara dos parâmetros de execução. Após a assinatura do contrato, é fundamental que a administração pública exercite a fiscalização rigorosa do cumprimento das obrigações contratuais, monitorando tanto a qualidade quanto os prazos de entrega.



Outro aspecto importante é o relacionamento entre as partes. A comunicação constante e a resolução de eventuais conflitos são essenciais para garantir a fluidez da execução contratual. Em casos de descumprimentos, a administração deve estar ciente de suas prerrogativas, incluindo a aplicação de sanções que vão desde advertências até a rescisão contratual, caso as condições contratuais não sejam cumpridas.

Em resumo, os contratos administrativos são fundamentais para a efetivação da gestão pública, demandando do poder público não apenas um entendimento das suas características e tipos, mas também uma execução vigilante e responsiva para assegurar que os objetivos de interesse público sejam alcançados com eficácia e ética.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

6. Sanções e Penalidades em Licitações: Como Garantir a Legalidade e a Moralidade

As sanções e penalidades em licitações são instrumentos cruciais para assegurar a legalidade e a moralidade nas contratações públicas. O regime sancionatório adotado no Brasil visa coibir práticas irregulares, evitar fraudes e garantir uma concorrência justa entre os licitantes. O correto entendimento e aplicação dessas sanções são fundamentais para a efetividade das licitações e para o fortalecimento da confiança da sociedade nas instituições públicas.

No âmbito das licitações, as sanções podem ser aplicadas a diversos atores, incluindo licitantes, contratados e até mesmo servidores públicos que atuem de forma contrária às normas estabelecidas. As causas para a aplicação de sanções são variadas, abrangendo desde descumprimento de normas legais e contratuais até atos de fraude e corrupção. As penalidades podem incluir desde advertências, multas, até a declaração de inidoneidade, que impede o licitante de participar de futuras licitações.

Entre as penalidades mais relevantes, destacam-se as multas, que podem ser fixadas em um percentual do valor do contrato e têm como função desestimular comportamentos inadequados. A aplicação de multas deve observar o devido processo legal, garantindo ao licitante a oportunidade de defesa antes da imposição da sanção. Além disso, é importante que as



penalidades sejam proporcionais à gravidade da infração cometida, evitando excessos que possam resultar em injustiças.

A declaração de inidoneidade é uma das sanções mais severas, pois impede o licitante de participar de licitações e de contratar com a Administração Pública, por um período que pode variar de dois a cinco anos, dependendo da gravidade da infração. Esta penalidade pode ser aplicada não apenas a pessoas jurídicas, mas também a pessoas físicas que tenham atuado como responsáveis pela irregularidade.

Outro ponto importante diz respeito ao papel dos órgãos de controle e fiscalização na aplicação das sanções. Estes órgãos têm a responsabilidade de garantir que as licitações e contratações públicas sejam realizadas de acordo com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. A atuação proativa desses órgãos é essencial para a identificação de irregularidades e para a aplicação das devidas sanções, garantindo um ambiente ético e transparente.

Adicionalmente, para garantir a legalidade e a moralidade no processo licitatório, é fundamental que haja uma cultura de compliance nas instituições públicas, que promova a integridade e a ética em todas as etapas do processo licitatório. A capacitação contínua de agentes públicos e a transparência nas informações, aliados a uma comunicação eficiente com a



sociedade, também desempenham um papel importante para inibir práticas corruptas e fortalecer a confiança pública.

Por fim, as sanções e penalidades em licitações não devem ser vistas apenas como mecanismos punitivos, mas também como instrumentos de educação e conscientização sobre a importância de um processo licitatório ético e transparente. Ao promover uma postura proativa em relação a conformidade e ética, a Administração Pública não apenas cumpre suas responsabilidades legais, mas também fortalece sua legitimidade e a confiança da sociedade.

Mais livros gratuitos no Bookey



Digitalizar para baixar

7. Considerações Finais sobre Melhores Práticas e Desafios da Licitação Pública

As licitações públicas desempenham um papel fundamental na gestão eficiente dos recursos públicos e na promoção da concorrência justa entre os fornecedores de bens e serviços. Ao longo do estudo realizado, foi possível identificar uma série de melhores práticas que podem ser implementadas para otimizar esse processo, bem como os desafios que frequentemente surgem e podem comprometer a sua efetividade.

Entre as melhores práticas, destaca-se a transparência, que deve ser um elemento central de todo o processo licitatório. A divulgação das informações relevantes e o acesso facilitado aos dados por parte da sociedade civil garantem não apenas o cumprimento das normativas legais, mas também a construção de um ambiente de confiança entre o governo e os cidadãos. Ferramentas digitais, como plataformas online para registro e acompanhamento de licitações, têm se mostrado eficazes para aumentar a transparência e facilitar o controle social.

Outra prática recomendada é a capacitação contínua dos servidores públicos envolvidos nas licitações. O conhecimento aprofundado sobre a legislação vigente, as modalidades de licitação e as particularidades de cada contrato administrativo é essencial para evitar erros e garantir que os procedimentos sejam realizados de forma legal e eficiente. A promoção de treinamentos



periódicos e a criação de manuais de boas práticas são ações que podem contribuir significativamente para o aprimoramento da gestão pública.

No entanto, os desafios persistem. A burocracia excessiva ainda é um obstáculo que pode atrasar o processo licitatório e desencorajar a participação de potenciais concorrentes. Encontros com a sociedade civil e representantes do setor privado são fundamentais para identificar pontos de melhoria e para a simplificação de procedimentos, garantindo que as licitações sejam acessíveis e equitativas.

Ademais, a corrupção e a má gestão dos recursos públicos continuam a ser sérios problemas que afetam a integridade do processo licitatório. É imprescindível a implementação de mecanismos de auditoria e controle interno, além da criação de canais de denúncia que possibilitem o combate a práticas ilícitas e a proteção de quem sinaliza irregularidades.

Em suma, a adoção de melhores práticas no processo de licitações públicas requer um comprometimento conjunto das instituições e da sociedade. Somente assim, será possível enfrentar os desafios existentes e garantir que a licitação pública cumpra seu papel de promover o desenvolvimento sustentável e a eficiência no uso dos recursos públicos, beneficiando a população e contribuindo para a construção de um Estado mais justo e transparente.



5 citações chave de Licitações E Contratos Na Administração Pública

1. As licitações são fundamentais para garantir a transparência e a competitividade nas contratações públicas.
2. O processo licitatório deve ser pautado pela legalidade, isonomia e seleção da proposta mais vantajosa para a administração.
3. A elaboração do edital é um passo crucial, pois deve conter todas as condições e exigências para assegurar a participação justa de todos os concorrentes.
4. A gestão dos contratos administrativos deve ser acompanhada de perto para garantir a correta execução e evitar desperdícios de recursos públicos.
5. A importância do controle social nas licitações e contratos é essencial para promover a accountability e a confiança da sociedade na administração pública.





Digitalizar para baixar



Bookey APP

Mais de 1000 resumos de livros para fortalecer sua mente

Mais de 1M de citações para motivar sua alma

Clipes de ideias de 3 minutos

Acelere seu progresso

Evitar Críticas em Relacionamentos Interpessoais

Criticar os outros apenas provoca resistência e prejudica a autoestima deles, despertando ressentimento ao invés de resolver problemas. Lembre-se de que qualquer tolo pode criticar, mas é preciso caráter e autocontrole para ser compreensivo e perdoar.

Exemplo(s) ▶

Como Fazer Amigos e Influenciar Pessoas

Mantenha a Sequência

Desafio de crescimento de 21 dias

Desafio de Crescimento Pessoal de 21 Dias

Meta diária: 0/5 min
Lêla ou ouça para atingir sua meta

1	2	3	4	5
6	7	8	9	10
11	12	13	14	15
16	17	18	19	20

DIA 21
Obter recompensa do desafio

0 vezes
Você completou

Descobrir Biblioteca Eu

Escolha sua área de foco

Quais são seus objetivos de leitura?

Escolha de 1 a 3 objetivos

- Ser uma pessoa eficaz
- Ser um pai melhor
- Ser feliz
- Melhorar habilidades sociais
- Abrir a mente com novos conheci...
- Ganhar mais dinheiro
- Ser saudável

Continuar